



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

O CONCEITO DE “EXCEPCIONAL” NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

NO BRASIL: origem e significado na década de 1930¹

Cindi Eveli do Nascimento (UFC) - en.cindi@gmail.com

Heulalia Charalo Rafante (UFC) – heulaliarafante@yahoo.com.br

RESUMO

No Brasil, desde a década de 1930 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o termo utilizado para se referir ao público alvo da Educação Especial era “excepcional”, introduzido em 1934, pela educadora russa, radicada no Brasil, em 1929, Helena Wladimirna Antipoff. O objetivo desse artigo foi analisar o contexto que levou a educadora a utilizar esse termo para se referir às crianças que, na atualidade, são público-alvo da Educação Especial, evidenciando o significado desse conceito no momento de sua apropriação para se referir a essas crianças. Nesse estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental, a partir do acervo preservado na Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Para contemplar esses objetivos, apresenta-se a educadora Helena Antipoff, as motivações para sua vinda ao Brasil no contexto da implementação da Reforma do Ensino (1927), sob os princípios da Escola Nova, e sua atuação em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Por meio desse percurso, foi possível concluir que a adoção do termo “excepcional” está relacionada à prática pedagógica da educadora junto às escolas da capital mineira, no que se refere à homogeneização das classes, que separava os indivíduos, conforme as diferenças individuais, reflexo dos princípios da Escola Nova e da Higiene Mental. Considerando-se os diferentes níveis de desenvolvimento entre os alunos, para Antipoff, haveria aqueles que se encontravam muito abaixo quando comparados aos seus colegas, para os quais, deveria ser criada uma instituição especializada para o seu atendimento. Foi nesse contexto, em 1934, que a educadora passou a utilizar o termo “excepcional”, para se referir a esses alunos, por considerar a terminologia usada, como “anormal” e “retardado”, muito pejorativa. Para oferecer o atendimento especializado a esse perfil de alunos, criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932). Nesse contexto, os “excepcionais” eram divididos em dois grupos: os “excepcionais orgânicos”, que apresentavam distúrbios de origem hereditária ou biológica, e os “excepcionais sociais”, cujo desenvolvimento era prejudicado por suas condições de vida familiar e social.

Palavras-chave: História da Educação Especial. Excepcional. Sociedade Pestalozzi.

¹ Esse texto, resultado do projeto de Iniciação Científica intitulado *As Sociedades Pestalozzi e a política pública para a Educação Especial no Brasil: fontes primárias, organização dos documentos e possibilidades de pesquisas*, desenvolvido na Universidade Federal do Ceará, compõe o trabalho encaminhado para apresentação e publicação nos Anais do X Congresso Brasileiro de História da Educação, a ser realizado na Universidade Federal do Pará, de 02 a 05 de setembro de 2019, sob o título *O conceito de criança excepcional nos relatórios da Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio De Janeiro – SPERJ (1965-1985)*.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da Educação Especial no Brasil, diferentes termos foram utilizados para se referir às pessoas com deficiência: anormais, retardadas, imbecis, idiotas, deficiente mental, excepcionais. No que se refere ao período mais recente, a Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, deu nova redação ao Inciso III do artigo 4º da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB), que se referia ao público alvo da educação especial como “educandos com necessidades especiais”, terminologia adotada desde que a LDB passou a vigorar em 1996. Tal Inciso passou a vigorar com a indicação de que esse público compreendia os “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 2013).

Desde a década de 1930, até a promulgação da Lei 9394/96, o termo utilizado para se referir a esse perfil de educandos era “excepcional”, adotado pela educadora russa, radicada no Brasil, Helena Antipoff (1892-1974). Todavia, qual a origem dessa terminologia e qual o seu significado ao longo do desenvolvimento da educação especializada no Brasil? Para essa análise, se faz necessário retomar a década de 1930, mais especificamente, o ano de 1932, quando é fundada a Sociedade Pestalozzi Minas Gerais (SPMG), em Belo Horizonte.

Primordialmente, torna-se crucial introduzir essa personagem que protagonizou a origem do conceito de excepcional: Helena Wladimirna Antipoff, nascida na Rússia, no ano de 1892, apontada como a principal responsável pela introdução deste conceito no Brasil (RAFANTE, 2007). Antipoff atuou, majoritariamente, nos campos da psicologia e da pedagogia, sendo que se formou no Instituto Jean Jacques Rousseau (IJJR), onde teve, como mentor, Édouard Claparède, um dos principais influenciadores dos seus estudos científicos (RAFANTE 2011).

Por iniciativa do governo do Estado de Minas Gerais, no contexto da Reforma do Ensino (1927), empreendida por Francisco Campos, Antipoff foi convidada para vir ao Brasil e dirigir o recém-criado Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, chegando ao país em 1929. Sua vinda se deve ao decreto 8.187, de 22 de fevereiro de 1929, que previa a existência de um psicólogo(a) na direção do referido laboratório. (CASASSANTA, 1981 *apud* DOMINGUES, 2011).



A teoria pedagógica, conhecida como Escola Nova, que se consolidava na Europa desde o século XIX, chegava ao Brasil e se concretizava nas Reformas de Ensino e, por isso, Antipoff foi convidada pelo governo mineiro, tendo em vista sua trajetória profissional e acadêmica até aquele momento e sua formação sob as ideias do movimento escolanovista. (RAFANTE 2011).

A atuação de Helena Antipoff em Minas Gerais não se limitou à coordenação do Laboratório de Psicologia, estendendo-se à formação de professores, à homogeneização das classes das escolas de Belo Horizonte, e foi a partir dessa atuação que a educadora identificou as crianças consideradas “excepcionais”, levando-a a criar a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (SPMG), em 1932 (RAFANTE 2006).

2 CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CONCEITO DE “CRIANÇA EXCEPCIONAL: o movimento da Escola Nova e o Movimento Higienista

Em 1934, Helena Antipoff inaugurou, no Brasil, o conceito de “excepcional”, para se referir ao perfil de alunos que, na atualidade, são considerados “alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação”, sendo pioneira nessa terminologia, que passou a ser adotada em escala mundial somente cinco anos depois, conforme indica Marquezan (2007, p. 49):

Ao final do século XIX, havia uma ampla nomenclatura usada para se referir ao anormal. Tiago Wurth, presente no Congresso das Nações Unidas em Genebra, no ano de 1939, diz que, até aquele momento, a denominação corrente para designar toda e qualquer diferença entre os sujeitos era a expressão — anormal - tudo que no caso era diferente, excepcional, (denominava-se) de anormal (1975, p. 27). Os participantes do congresso, conta o autor, decidiram que, dali para frente, seria adotada a expressão excepcional.

A criação da SPMG ocorreu no contexto de inserção da Escola Nova no estado, quando se coloca a necessidade da pedagogia científica, que, fundamentada na biologia e na psicologia, deveria avaliar e classificar os alunos de acordo com o seu desenvolvimento, seus interesses e suas aptidões, separando-os em classes homogêneas, de modo que viabilizasse uma educação “sob medida” para as classes escolares. De acordo com Rafante (2011, p. 63):

[...] os renovadores, de um modo geral, consideravam fundamental diagnosticar qualquer dificuldade dos indivíduos em relação ao meio social e previam métodos específicos para equacionar essas dificuldades, tornando o indivíduo menos dependente do corpo social e mais adaptado ao meio.



XII

ENCONTRO
MARANHENSE DE
HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

A superação dessas dificuldades poderia ser atingida no próprio ambiente escolar, considerando-se a homogeneização das classes, mas havia a indicação que, para um certo nível de dificuldade, seria necessário o encaminhamento dos alunos para instituições especializadas. Fortalecendo essa demanda, também se colocava o movimento de higiene mental, cujos signatários buscavam estratégias para melhorar a espécie humana e, para isso, preconizavam o estabelecimento de “locais específicos para transformar aqueles considerados física e psicologicamente desadaptados e promover a sua adaptação social [...]”. (RAFANTE, 2011, p. 64).

Portanto, o movimento renovador e higienista estimularam a adoção de novos métodos de estudo da criança e do adolescente, em que os testes psicológicos, incluindo o teste de inteligência, passaram a ser aplicados em maior escala, levando a novas orientações para a organização das classes escolares e das práticas pedagógicas, acreditando ser mais conveniente reunir, em classe especial ou instituição especializada, as crianças e adolescentes com nível de desenvolvimento abaixo da média do seu grupo, pois acreditavam que estes não conseguiriam se desenvolver na mesma classe, em companhia de crianças consideradas “normais”, podendo, inclusive, atrapalhar o desenvolvimento delas.

Nesse cenário, Antipoff e suas alunas da Escola de Aperfeiçoamento realizaram, nas classes escolares do 1º ano de Belo Horizonte, Minas Gerais, por meio da observação e dos testes psicológicos, a homogeneização das classes. O resultado desse trabalho foi registrado no texto, inicialmente, intitulado “Escolologia (1930c, p. 146 apud RAFANTE, 2011).

Tratava-se de desenvolver, junto às professoras, a pedagogia científica. O rigor na análise das escolas e das crianças fundamentou a homogeneização das classes e a distribuição das crianças entre as classes A, B, C, D e E. Rafante (2011, p. 169) evidenciou que esse processo levou “a um padrão de normalidade, determinado pela adaptação dos testes europeus e norte-americanos à realidade brasileira, entre outros tipos de avaliação e, numa perspectiva classificatória, evidenciava-se os indivíduos “normais” e os “anormais”, acima ou abaixo da média”.

O perfil das crianças de cada uma das classes evidencia a concepção que se tinha dos considerados “anormais”. As classes A e B eram designadas às crianças classificadas como “normais” ou que tivessem atingido resultado acima da média do seu grupo. As classes C



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

recebiam crianças com “desenvolvimento retardado”, com atraso mental de até três anos, aquelas de “espírito adormecido” ou “turbulentas”, mas sem problemas físicos ou morais. As classes D eram destinadas para crianças com atraso mental significativo e aquelas que com particularidades físicas ou psíquicas. Por fim, as classes E atendiam “as crianças particularmente difíceis de educar – os agitados, os neuróticos, os anti-sociais, as crianças moralmente defeituosas [...]” (ANTIPOFF & REZENDE, 1934, p. 19 apud RAFANTE, 2011, p. 141). Segundo Antipoff, essas crianças da classe E não poderiam estar presentes na classe comum, porque só impediriam a sua própria aprendizagem, bem como a dos outros.

Considerando essa distribuição e conforme evidenciado por Campos (2002 apud RAFANTE, 2011), o termo “excepcional” na década de 1930 comportava duas categorias: o excepcional orgânico apresentava dificuldades quanto ao seu desenvolvimento cognitivo e/ou físico, devido aos fatores de ordem biológica essencialmente; o excepcional social, como o próprio nome sugere, é aquele denominado, em algumas ocasiões de “anormais morais” ou até mesmo de crianças “em perigo moral” e “delinquentes”, pois estes são derivados dos fatores de ordem familiar e econômica.

Para atender os “excepcionais”, Antipoff criou a SPMG, que, na década de 1930, viabilizou outras instituições para esse atendimento, como a Casa do Pequeno Jornaleiro (1934), o Instituto Pestalozzi (1935); a Fazenda do Rosário (1939). Ao analisar o perfil das crianças atendidas nessas instituições, pode-se inferir que, na década de 1930, não obstante a indicação do “excepcional orgânico”, a atenção da educadora se voltou para os “excepcionais sociais” (RAFANTE, 2011).

Na década de 1930, os termos utilizados para se referir a esse perfil de indivíduos eram variados, incluindo “anormais”, “retardados”, “imbecis”, “idiotas”, “atrasados”, considerados, por Antipoff, muito pejorativos e, em entrevista ao jornal O Estado de Minas, em 26 de outubro de 1934, anunciou a utilização da nova terminologia. (ANTIPOFF, 1975 apud RAFANTE, 2011). Nessa década e nas seguintes, a educadora continuou as suas ações direcionadas ao atendimento especializado aos “excepcionais”, o que contribuiu para a disseminação não só da nova terminologia, mas de uma cultura (GRAMSCI, 2001) relacionada à compreensão do que seria o “excepcional” e as práticas pedagógicas mais adequadas ao seu atendimento.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

O termo excepcional passou a ser utilizado pela educadora russa Helena Antipoff, na década de 1930, para se referir àqueles alunos, dos grupos escolares de Belo Horizonte, que, nos testes psicológicos, atingiam resultados abaixo ou acima da média do seu grupo e para cada perfil de alunos, deveria ser prevista uma estratégia pedagógica, conforme sua personalidade, seus interesses e suas aptidões.

Os indivíduos que estivessem abaixo da média do seu grupo deveriam estudar em classes especiais ou, para os casos mais graves, em instituições especializadas, passando por um processo educativo que os tornassem úteis à sociedade. Nesse contexto, separava-se aqueles que têm aptidão para certas atividades, daqueles que, de acordo com os testes, não têm. Portanto, as possibilidades e limites do sujeito eram determinados no início da sua trajetória educacional.

Na década de 1930, os excepcionais eram divididos entre “orgânicos” e “sociais”, sendo esses últimos mais frequentes nos grupos escolares e os primeiros passaram a compor a educação especializada conforme essa perspectiva era divulgada pela SPMG.

2 CONCLUSÃO

O termo excepcional passou a ser utilizado pela educadora russa Helena Antipoff, na década de 1930, para se referir àqueles alunos, dos grupos escolares de Belo Horizonte, que, nos testes psicológicos, atingiam resultados abaixo ou acima da média do seu grupo e para cada perfil de alunos, deveria ser prevista uma estratégia pedagógica, conforme sua personalidade, seus interesses e suas aptidões.

Os indivíduos que estivessem abaixo da média do seu grupo deveriam estudar em classes especiais ou, para os casos mais graves, em instituições especializadas, passando por um processo educativo que os tornassem úteis à sociedade. Nesse contexto, separava-se aqueles que têm aptidão para certas atividades, daqueles que, de acordo com os testes, não têm. Portanto, as possibilidades e os limites dos indivíduos eram determinados no início da sua trajetória educacional.

Na década de 1930, os excepcionais eram divididos entre “orgânicos” e “sociais”, sendo esses últimos mais frequentes nos grupos escolares e os primeiros passaram a compor a educação especializada conforme essa perspectiva era divulgada pela SPMG.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

A década de 1930 registrou a origem da construção do conceito de “excepcional” e das práticas pedagógicas direcionadas aos indivíduos classificados como tal, que vão marcar o desenvolvimento do campo da Educação Especial no Brasil, influenciado fortemente pelo modelo médico psicológico.

ABSTRACT

In Brazil, from the 1930s to the promulgation of the Law on the Guidelines and Bases of National Education (Law 9394/96), the term used to refer to the target audience of Special Education was "exceptional" introduced in 1934 by the educator Russian, settled in Brazil in 1929, Helena Wladimirna Antipoff. The purpose of this article was to analyze the context that caused the educator to use this term to refer to children who are currently the target of Special Education, showing the meaning of this concept at the time of its appropriation to refer to these children. In this study, bibliographical research and documentary analysis were carried out, based on the collection preserved in the Pestalozzi Society of Minas Gerais. To contemplate these objectives, the educator Helena Antipoff was presented, as well as the motivations for her coming to Brazil in the context of the implementation of the Reform of Education (1927), under the principles of the New School, and her work in Belo Horizonte, capital of Minas Gerais. Through this route, it was possible to conclude that the adoption of the term "exceptional" was related to the pedagogical practice of the educator in the schools of the capital of Minas Gerais, in relation to the homogenization of classes, which separated individuals according to individual differences, being a consequence of the principles of the New School and Mental Hygiene. Considering the different levels of development among students, for Antipoff, there would be those who were below when compared to their classmates. For them it should be created a specialized institution. It was in this context, in 1934, that the educator began to use the term "exceptional" to refer to these students because she considered the terminology used as "abnormal" and "retarded" very derogatory. To offer the specialized assistance to this profile of students, she created the Pestalozzi Society of Minas Gerais. In this context, the "exceptionals" were divided into two groups: the "organic exceptionals", who had disorders of hereditary or biological origin, and "social exceptionals" whose development was hampered by their family and social life.

Keywords: History of Special Education. Exceptional. Pestalozzi Society.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 4 mar. 2019.



*Intelectuais na História da Educação:
trajetórias, espaços e contextos*

21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga
São Luís - MA | Brasil*

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 nov. 1995. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2019.

CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff e a Psicologia no Brasil. CAMPOS, R. H. F. **Helena Antipoff: textos escolhidos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002b. p. 12 – 36.

DOMINGUES, Sérgio. **O conceito de excepcional na obra de Helena Antipoff: diagnóstico, intervenções e suas relações com a educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais., Belo Horizonte-MG, 2011.

MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP. Papyrus Editora, 2007.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948**. 2006. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

RAFANTE, H. C. (2011). **Helena Antipoff, as sociedades Pestalozzi e a Educação Especial no Brasil**. 2011. 309f. (Tese de Doutorado). São Carlos-SP: Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos.